ESPECIALIZAÇÃO FLEXÍVEL E GÊNEROS
debates atuais*

Alice Rangel de Paiva Abreu

Há quase uma década a difusão de novas tecnologias de produção e organização industrial foi apontada como a base de um novo paradigma de produção industrial. Essas novas tecnologias, baseadas na microeletrônica e em novos sistemas de organização do trabalho, transformaram radicalmente os pressupostos da produção de massa, tanto dentro da fábrica como na economia mais ampla. Caracterizado como "especialização flexível" por Piore e Sabel,[1] o novo modelo desloca a competição dos preços para a da especificação do produto e tem como base a produção de bens não padronizados com máquinas universais programáveis operadas por trabalhadores qualificados e polivalentes. Bem longe, portanto, do modelo de produção em massa de bens padronizados através do uso de máquinas especializadas operadas por trabalhadores cada vez menos qualificados, que era visto, até bem recentemente, como o destino inexorável do desenvolvimento capitalista.

Este artigo pretende discutir a questão da qualificação e da divisão do trabalho no modelo de especialização flexível, apresentando a evolução do debate acadêmico sobre o tema e argumentando que a grande maioria desse debate deixa de lado um aspecto fundamental da questão: a divisão sexual do trabalho. Os novos paradigmas têm, explícita ou implicitamente, o trabalhador homem qualificado como referencial universal. Para a mão-de-obra feminina, os pressupostos da especialização flexível — qualificação, autonomia, responsabilidade — são raramente aplicados, mesmo nos países industrializados.

Especialização flexível e qualificação: as exigências do novo paradigma de produção

Até recentemente, o perfil do trabalhador industrial da segunda metade deste século parecia estar definido pelas características do modelo fordista desenvolvido nos Estados Unidos, paradigmático do sistema de produção de massa. Baseado na fabricação em grandes séries de bens padronizados a preços cada vez menores e utilizando maquinaria especializada, o modelo fordista de produção de massa tinha como típico o trabalhador semiqualificado que cumpre

* A primeira versão deste artigo foi apresentada no XVII Encontro Anual da ANPOCS, 22 a 25 de outubro de 1993, Caxambu, MG.

Alice Rangel de Paiva Abreu — Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1. PIORE, M. e SABEL, C. *The Second Industrial Divide*. New York, Basic Books, 1984.

rigorosamente normas operacionais, em que a disciplina, conseguida através de controle estrito, era o eixo central da qualificação requerida.[2] A análise econômica e sociológica anunciava a diminuição progressiva dos poucos postos efetivamente qualificados no sistema, que iam sendo paulatinamente substituídos pela crescente automatização.

No início dos anos 80, no entanto, economistas e sociólogos apontaram para a existência de estratégias alternativas de produção, que surgiram forçadas pela crise da produção de massa em grande parte dos países industrializados. Tendo como base as tecnologias microeletrônicas e novos sistemas de organização industrial, do tipo de qualidade total, redução de estoques (JIT) e ilhas de produção, essas estratégias alternativas permitiam a produção de bens especializados, resolvendo o problema da saturação dos mercados nos países desenvolvidos e abrindo espaço para um novo modelo de produção. Conceitualizadas como "especialização flexível" por Piore e Sabel,[3] como "novo conceito de produção" por Kern e Schumann,[4] e analisadas pela teoria da regulação francesa e pelos teóricos dos pós-fordismo,[5] essas novas alternativas produtivas introduziram uma mudança notável no perfil do trabalhador industrial emblemático.

Para Piore e Sabel, o incremento das inovações organizacionais e tecnológicas definiria um modelo baseado na flexibilidade de produção e de utilização da força de trabalho, que teria como corolário o trabalhador qualificado polivalente. Segundo Kern e Schumann, a nova lógica de utilização da força de trabalho teria uma divisão de trabalho menos pronunciada, revertendo a tendência da crescente separação entre concepção e execução. Esse novo modelo é bem representado pelas técnicas empresariais japonesas, que foram, ao mesmo tempo, um dos modelos inspiradores de sua construção.

O assim chamado modelo japonês tem sido objeto de um grande número de pesquisas nos últimos anos. Segundo Hirata,[6] as características da organização do trabalho da empresa japonesa são, essencialmente, o trabalho cooperativo em equipe e a falta de demarcação das tarefas a partir de postos de trabalho atribuídos a indivíduos, o que implica um funcionamento fundado sobre a polivalência e rotação de tarefas de fabricação, manutenção, controle de qualidade e gestão da produção. O trabalhador japonês é polivalente e multifuncional e tem uma visão do conjunto do processo de trabalho, "necessária para julgar, discernir, intervir, resolver problemas, propor soluções a problemas concretos que surgem cotidianamente no interior do processo de trabalho".[7]

Se é verdade — enfatiza a mesma autora — que tais qualificações são uma caracterização válida para o conjunto dos trabalhadores masculinos das grandes empresas com emprego regular, "também pode-se afirmar que as pequenas e médias empresas (e no que se refere aos trabalhadores temporários e aos do sexo feminino) acompanham tendencialmente o movimento geral das grandes, que influenciam fortemente as modalidades de gestão das demais, impondo um padrão de um máximo de polivalência e multifuncionalidade, de controle da qualidade e de manutenção possível para cada categoria de trabalhadores e tipos de empresa."[8]

A capacidade de transferência da totalidade desse sistema para empresas ocidentais é ainda largamente discutida,[9] mas o modelo de especialização flexível traz embutido um novo trabalhador industrial, representado pelo trabalhador qualificado e polivalente.

A evolução do debate: da desqualificação à polarização das qualificações e à requalificação dos operadores

Segundo Hirata, o debate aberto por Braverman[10] no início dos anos 70 a respeito da progressiva desqualificação do trabalho no capitalismo contemporâneo teve como uma de suas variantes a tese da polarização das qualificações, a qual afirma que a modernização tecnológica estaria criando, de um lado, uma massa de trabalhadores desqualificados e, de outro, um pequeno grupo de trabalhadores superqualificados.

Os novos modelos de especialização flexível, no entanto, trariam uma ruptura a esta tendência, uma vez que incentivariam a adoção de organizações de trabalho "qualificadoras" na base da classe trabalhadora.[11] Kern e Schumann[12]

---

2. HIRATA, H. *Da Polarização das Qualificações ao Modelo de Competência: a evolução do debate no contexto dos novos paradigmas de organização industrial*. Anped, workshop "Trabalho e educação", 13-15 jul. 1992.
3. PIORE, M. e SABEL, C. Op. cit.
4. KERN, H. e SCHUMANN, M. *La Fin de la Division du Travail? La Rationalisation dans la Production Industrielle*. Paris, Editons de la Maison des Sciences de l'Homme, 1989.
5. Para uma análise dessas diferentes correntes, ver:
   HIRST, P. e ZEITLIN, J. "Flexible specialization versus post-Fordism: theory, evidence and policy implications". *Economy and Society*, *20*(1), February, 1991.
6. HIRATA, H. Op. cit.
   _____ (ed.). *Autour du "Modèle Japonais". Automatisation, nouvelles formes d'organisation et de relations de travail*. Paris, L'Harmattan, 1992.
7. HIRATA, H. *Da Polarização*... Op. cit., p. 3.
8. Idem, ibidem, p. 3-4.
9. Para uma discussão recente sobre esse tema, ver:
   HIRATA, H. (org.). *Sobre o Modelo Japonês*. São Paulo, Edusp, 1993.
10. BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
11. HIRATA, H. *Da Polarização*.... Op. cit.
12. KERN, H. e SCHUMANN, M. Op. cit.

ressaltam ter encontrado, nos três setores por eles estudados na Alemanha — o químico, o de máquinas-ferramenta e o automobilístico — uma tendência para a formação e reprofissionalização do trabalhador industrial mesmo entre a mão-de-obra direta.

As novas modalidades de produção exigem, no entender desses analistas, trabalhadores com novas qualificações, mais próximas daquelas vigentes na empresa japonesa. A discussão em torno do nível de formalização dessa qualificação é hoje uma questão central no debate. Segundo Hirata,[13] o debate já reconhece componentes implícitos e não organizados da qualificação juntamente com componentes organizados e explícitos, como educação escolar, formação técnica e educação profissional. A importância dessa distinção entre qualificação tácita ou social e qualificação formal e organizada decorre, no entender da autora, de três questões que ocupam um lugar central nas discussões de sociólogos e economistas do trabalho: o modelo japonês e sua possível transferência para uma situação ocidental, pondo em relevo a questão da cultura; o desenvolvimento da sociologia dos modos de vida; e a sociologia das relações de gênero. Estas questões levantam explicitamente a forte relação entre a qualificação formal, de um lado, e as dimensões extra-trabalho e a socialização familiar, de outro.[14]

O presente artigo argumenta que a introdução da questão de gênero irá questionar fortemente a tese da requalificação dos operadores e que a teoria da divisão sexual do trabalho é a única que integra de forma coerente os aspectos *trabalho* e *extra-trabalho* na discussão da qualificação.

Divisão sexual do trabalho e segmentação do mercado de trabalho: um resumo das abordagens teóricas

Como enfatiza Milkman,[15] a teoria feminista de inspiração marxista dos anos 70 tratou a questão da segmentação do mercado de trabalho como parte de um esforço em desenvolver uma teoria da subordinação da mulher no mercado de trabalho. As primeiras análises enfatizavam a estreita relação entre a posição da mulher na família e na força de trabalho, argumentando que a posição subordinada da mulher no mercado de trabalho é conseqüência direta da divisão sexual do trabalho na família. Argumentavam ainda que a preservação do papel doméstico da mulher é de interesse do capital, uma vez que permite a manutenção de salários mais baixos para todos os trabalhadores, que teriam parte de seus custos de manutenção e reprodução garantida no âmbito doméstico através do trabalho não remunerado das mulheres. Para Milkman, no entanto, essa perspectiva, ainda que tenha levantado pela primeira vez a questão da inter-relação entre produção e reprodução, não consegue explicar satisfatoriamente a segregação no âmbito do mercado de trabalho.

As teorias de segmentação do mercado de trabalho conseguem retratar de forma mais explícita essa segregação, mas, por um lado, tratam de forma indiferenciada os trabalhadores secundários, sejam eles mulheres, minorias raciais ou grupos geracionais e, por outro, não analisam a questão central da relação entre família e trabalho remunerado. Ainda segundo Milkman,[16] as teorias da segmentação também tratam de forma problemática a questão dos interesses das diferentes classes e gêneros a favor ou contra um mercado sexualmente segregado. A pressuposição de que tanto homens quanto mulheres tenham o mesmo interesse em relação a uma unidade de classe, opondo-se à segregação, é contestada por inúmeros exemplos históricos, e apenas a análise de condições históricas específicas possibilitará entender por que certos grupos de trabalhadores defendem ou são contra a segregação sexual.

É no conjunto crescente de obras em torno do conceito de gênero — na literatura inglesa e americana — e da divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo — na França — que se pode buscar uma explicação mais coerente da segregação ocupacional e discutir de forma mais adequada as questões colocadas pelos novos modelos de organização industrial.

A problemática da divisão sexual do trabalho pode ser estruturada em torno de três prontos principais:

— a divisão do trabalho entre homens e mulheres é parte integrante da divisão social do trabalho. Segundo Kergoat a estruturação atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado/trabalho doméstico; fábrica-escritório/família) surgiu com o advento do capitalismo, e desde então as modalidades dessa divisão de trabalho entre os sexos, tanto no trabalho assalariado como no domésti-

13. HIRATA, H. *Da Polarização...* Op. cit.

14. Hirata discute ainda o recente "modelo da competência" que teria surgido na França ligado à crise da noção de postos de trabalho e que "implica um compromisso pós-taylorista, sendo difícil de pôr em prática se não se verificam soluções (negociadas) a toda uma série de problemas, sobretudo o de um desenvolvimento não remunerado das competências dos trabalhadores na base da hierarquia". A autora critica fortemente a ausência, no modelo da competência, de qualquer idéia de relação social, idéia central para o conceito de qualificação. Idem, ibidem, p.5-6.

15. MILKMAN, R. *Gender at Work. The dynamics of job segregation by sex during World War II.* Urbana and Chicago, University of Illinois Press, 1987.

16. Idem, ibidem.

co, evoluem no tempo de forma concomitante às relações de produção;[17]

— a divisão de trabalho é um termo genérico que remete a toda uma série de relações sociais, como a divisão internacional do trabalho e a divisão entre trabalho manual e intelectual. A divisão do trabalho entre os sexos remete à relação social entre homens e mulheres, que atravessa e é atravessada por outras modalidades de divisão social do trabalho. Para Kergoat, as relações sociais de sexo e as relações de classe são co-extensivas e não podem ser hierarquizadas;

— a divisão sexual do trabalho não pode ser considerada operatória apenas no âmbito do privado e da reprodução. Ao contrário, é uma problemática que atravessa e dá sentido ao conjunto das relações sociais que recobrem o termo divisão social do trabalho. A transversalidade das relações sociais de sexo ou de gênero é um ponto central desta perspectiva, que leva a uma desconstrução/reconstrução de diversos conceitos utilizados na sociologia.

O conceito mesmo de trabalho é um exemplo. A partir da perspectiva das relações sociais de sexo, as dicotomias clássicas entre trabalho/não-trabalho, trabalho assalariado/doméstico foram questionadas e recusadas e a definição mesma do conceito de trabalho estendida, restabelecendo as relações entre esferas até então estanques e forçando sua saída do domínio exclusivo das relações de mercado. Desta forma, o trabalho doméstico e as particularidades do trabalho feminino deixam de ser uma "exceção" a um modelo supostamente geral. A partir dessa perspectiva, ao contrário, foi refeito um modelo geral em que as especificidades se tornaram elementos constitutivos.

Outro ponto importante é a insistência com relação ao conceito de relações sociais. Ainda segundo Kergoat, para entender as práticas sociais não é suficiente estudar simultaneamente fábrica e família. Essa justaposição de terrenos tem o perigo de fixar as relações sociais a um momento dado e, portanto, privilegiar uma análise em termos de determinismo: o sistema reproduzir-se-ia a si mesmo ao longo de um período infinito de tempo, só sensível aos imperativos da valorização. Privilegiar desta forma a estrutura significaria colocar que a interiorização das relações sociais ocorreria a despeito dos indivíduos, que seriam movidos por forças exteriores.[18]

A introdução da noção de relações sociais, ao contrário, faz surgir uma dinâmica ao recolocar a contradição, o antagonismo entre grupos sociais no centro da análise, contradição viva e em perpétua modificação. E o perigo do determinismo é ainda mais afastado pelo fato de não se tomar apenas uma relação social (de exploração ou subordinação) para explicar o sentido da sociedade atual e suas transformações na história. Para Kergoat, pensar os dois tipos de relações sociais dominantes, de sexo e de classe, abre espaço a uma margem de liberdade para atores individuais e coletivos, na medida em que há certa indeterminação entre as malhas dessas relações e até mesmo, por vezes, contradições.

Hirata[19] considera que esta abordagem revoluciona a análise sociológica, por explodir as categorias construídas exclusivamente a partir de uma população masculina tomada como universal. Uma abordagem da divisão sexual do trabalho introduz, no cerne da análise de qualquer relação social, a comparação homens/mulheres e obriga a repensar categorias como qualificação, movimento social, trabalhador coletivo, pleno emprego, flexibilidade, etc.

Novas tecnologias, gênero e qualificação

A idéia largamente difundida nos anos 60 de que as novas tecnologias microeletrônicas, ao eliminar trabalhos pesados e sujos, iriam permitir uma real igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho foi sendo desmentida ao longo das duas décadas seguintes, diante da constatação irrefutável da reconstrução continuada das diferenças que mantinham o fosso entre o trabalho qualificado dos homens e o trabalho desqualificado das mulheres.

A compreensão deste fato passa pela constatação de que a utilização da mão-de-obra feminina não é explicada por imperativos técnicos. A lógica da divisão sexual do trabalho no setor de atividade e local de trabalho passa pela apreensão da divisão sexual global do trabalho produtivo e reprodutivo na sociedade contemporânea. Mais ainda, para poder entender as relações entre as técnicas e a divisão sexual do trabalho é necessário fazer uma passagem obrigatória pela questão da qualificação. Hirata e Rogerat e Kergoat[20] chamam a atenção para a riqueza da noção de qualificação e para suas diferentes dimensões: *qualificação do emprego*: definida pela empresa a partir das exigências dos postos de

17. KERGOAT, D. "La problematique de la division sexuelle du travail — rapports sociaux". In: DEJOURS, C. *Plaisir et Soufrance dans le Travail*. Tome II. Séminaire Interdisciplinaire de Psychopathologie du Travail. Paris, Iresco, 1988, p.132.
18. Idem, ibidem, p.137-138.
19. HIRATA, H. *Division Sexuelle et Internationale du Travail*, 1992, mimeo.
20. HIRATA, H. e ROGERAT, C. "Technologie, qualification et division sexuelle du travail". *Revue Française de Sociologie*, vol. XXIX, 1988, p.171-192.

trabalho, serve de base aos diversos sistemas de classificações das empresas; *qualificação do trabalhador*: mais ampla que a primeira, por incorporar as qualificações sociais ou tácitas que a noção de qualificação do emprego não considera; e *qualificação enquanto relação social*, como resultado da correlação de forças entre capital e trabalho.

A construção social da qualificação passa por um processo de diferenciação, de construção de distinções entre tipos de trabalho e, portanto, dos trabalhadores que os executam. Segundo Jenson,[21] a identidade operária só pode ser construída a partir de um processo de diferenciação e contém elementos que ordenam as relações entre homens e mulheres, bem como entre trabalhadores e capitalistas.

A construção da qualificação é uma construção social sexuada: "a distinção masculino/feminino constitui o eixo central em volta do qual se constitui a noção mesma de qualificação",[22] pois a definição da qualificação não é uma operação técnica, mas uma construção social e histórica.[23]

A relação das mulheres com a tecnologia é de natureza profunda e, como mostra Cockburn,[24] vai além do ambiente profissional. Segundo a autora, existe uma apropriação da esfera tecnológica pelos homens que leva à construção social do feminino como incompetente tecnicamente.

Mesmo considerando apenas o âmbito do trabalho, os efeitos sociais da tecnologia são diferentes segundo se trate de uma população masculina ou feminina. Como afirma Maruani, "o salário, a posição na hierarquia sócio-profissional, o *status* do trabalho, tudo está ligado às 'qualidades' atribuídas àquele trabalho. Analisar a construção das diferenças por sexo no trabalho é se debruçar sobre o processo de produção social da qualificação".[25]

Para Kergoat, portanto, a flexibilização enquanto novo modelo de organização industrial deve ser conjugada no masculino e no feminino. Enquanto para os homens o novo paradigma industrial envolve uma real política de reprofissionalização do trabalho, com integração de funções de produção e manutenção, o estabelecimento de novas carreiras profissionais e oportunidades formais de retreinamento, levando à aquisição de um diploma, a flexibilização no feminino se passa de forma bem distinta.

O novo modelo de flexibilização para as mulheres passa pela utilização intensiva de formas de emprego atípicas, como contratos de curta duração ou empregos em tempo parcial. Além disso, na maior parte das vezes existe de fato uma justaposição do taylorismo às novas tecnologias flexíveis: as novas estruturas de qualificação adicionam as qualidades novas (capacidade de autocontrole, integração de exigências de qualidade, gestão de estoques, regulagem dos equipamentos) às qualidades antigas (rapidez e destreza). Isso tudo com uma simples formação no posto de trabalho e sem que se criem novas carreiras profissionais. As mulheres tornam-se polivalentes sem aumento de salário e sem que se abram novas chances de promoção.

Além disso, são os empregos femininos os mais afetados pela informatização do terciário, por exemplo. Kergoat argumenta que, de modo geral, é possível detectar duas fases nos postos de trabalho informatizados: uma primeira fase de interesse, provocada pelo sentimento de polivalência adquirida, e uma segunda, de desencanto, quando as operárias percebem que suas tarefas são ainda mais desqualificadas, que não existe um acesso ao saber novo e que, ao contrário, seu antigo saber foi apropriado pelo computador.

Flexibilidade vs. precarização

A introdução de uma perspectiva de gênero e da divisão sexual do trabalho no modelo de especialização flexível mostra portanto, como salienta Hirata,[26] que a tecnologia, as mudanças tecnológicas e as inovações tecnológicas não tem as mesmas conseqüências para os homens e para as mulheres; não têm as mesmas conseqüências para homens e mulheres em países desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento; e não têm a mesma conseqüência para as diferentes categorias de trabalhadores.

Finalmente, ainda segundo Hirata, quando se introduz na análise uma perspectiva diacrônica, é possível perceber que os movimentos de feminização ou masculinização de certas tarefas ou ocupações, como conseqüência das mudanças tecnológicas, coexistem com a divisão sexual do traba-

---

21. JENSON, J. "The talents of women, the skills of men: flexible specialization and women". In: WOOD, S. (ed.). *The Transformation of Work?*, London, Unwin Hyman, 1989.
22. MARUANI, M. "Ouvrages de dames". In: AZÉMAR, G. (org.). *Ouvriers, Ouvrières. Un Continent Morcelé et Silencieux*. Paris, Éditions Autrement, série Mutations, nº126, 1992.
23. Idem, ibidem.
SOUZA-LOBO, E. "A divisão sexual do trabalho e as ciências sociais". *A Classe Operária Tem Dois Sexos. Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1991.
MILKMAN, R. Op. cit.
24. COCKBURN, C. "Women and technology: opportunity is not enough". In: PURCELL, K. et alii. *The Changing Experience of Employment. Restructuring and Recession*. London, Macmillan. BSA Series Explorations in Sociology, nº22, 1986.
_____. *Technical Competence, Gender Identity and Women's Autonomy*. XII World Congress of Sociology, 9-13 July, 1990, mimeo.
25. MARUANI, M. Op. cit.
26. HIRATA, H. "Nouvelles tecnologies, qualification et division sexuelle du travail: une perspective comparative". *Cahiers du Gedisst*, nº1, 1991.

lho. Na palavras da autora, "as fronteiras mudam, mas a divisão sexual do trabalho persiste".

Kergoat,[27] ao questionar-se sobre os efeitos da modernização para as mulheres operárias, afirma que, como os dados mostram claramente, a qualificação segue um movimento inverso para homens e mulheres. Enquanto as classificações superiores se masculinizam, as categorias de operários não qualificados se feminizam ainda mais.

A autora lembra que realizar um trabalho não qualificado na indústria é realizar tarefas repetitivas, fragmentadas, sob controle hierárquico estrito. Se é verdade que o trabalho realizado em linha de produção diminui para a categoria operária como um todo, ele continua a aumentar para as operárias mulheres.

Além disso, ser operário qualificado não é a mesma coisa para homens e mulheres, pois estes não necessariamente terão escapado de constrangimentos inerentes ao trabalho repetitivo e mesmo ao trabalho na linha de produção. Por outro lado, enquanto para os homens a qualificação cresce com a idade, as qualidades requeridas para as mulheres, de destreza e rapidez, fazem com que na maior parte das vezes a idade seja acompanhada de desqualificação.

Conclusão

As diversas análises aqui apresentadas mostram claramente que a nova flexibilidade industrial tem um rosto feminino e um rosto masculino. Abstrair da análise um componente essencial, a dimensão sexuada, como vem sendo feito por inúmeros pesquisadores das novas características de organização do trabalho industrial contemporâneo, é inadmissível. Como enfatiza Kergoat, a omissão da perspectiva da divisão sexual do trabalho nas análises sociológicas traz graves conseqüências. Do ponto de vista teórico, deixam de perceber que a flexibilização está fortemente enraizada na divisão sexual do trabalho e que "a flexibilidade nobre e pioneira de alguns só é possível pela permanência do taylorismo para outras". E trata-se de conseqüências sociais, "uma vez que esse silêncio reforça a divisão sexual do trabalho operário e seus efeitos perversos."[28] Para ser plenamente entendida, a flexibilidade da especialização deve ser conjugada no feminino e no masculino. ■

27. KERGOAT, D. "Les absentes de l'histoire". Op. cit.
28. Idem, ibidem, p. 82.

"UMA PESQUISA INOVADORA EM TODOS OS SENTIDOS."

Para desvendar os vários aspectos que conformam a pobreza na Região Metropolitana de São Paulo, a ***Pesquisa de Condições de Vida*** da **Fundação Seade** inovou radicalmente. De início, não se concentrou em um único indicador. Criou uma nova metodologia baseada em cinco conjuntos de informações: educação, habitação, emprego, renda e saúde. E como unidade de análise adotou a família, pois é nela que se constroem e se reproduzem as condições de vida de cada pessoa. A exploração daqueles eixos de investigação, os procedimentos adotados e os resultados principais foram já divulgados em sete volumes:

- **Educação**
- **Habitação**
- **Mercado de Trabalho**
- **Renda**
- **Saúde**
- **Uma Abordagem Multissetorial**
- **Principais Resultados**

O acerto do método e a abrangência de suas informações — cuja análise oferece ainda inúmeras possibilidades — vêm agora novamente se comprovar, com o lançamento de mais três títulos, que passam a compor a série **Análises Especiais—PCV:**

- **Crianças e Adolescentes**
- **Famílias Chefiadas por Mulheres**
- **Mulheres Segundo Origem Étnica**

PARA MAIORES INFOMAÇÕES, LIGUE

SOU SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO AO USUÁRIO 227.9788

SEADE